

EFEITOS DE LUGAR NAS DESIGUALDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ALEXANDRE RAMOS DE AZEVEDO

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasília, Distrito Federal, Brasil

HUSTANA MARIA VARGAS

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: A expansão de vagas na educação superior nas décadas do 2000 e 2010 no Brasil decorre de políticas públicas de incremento da taxa líquida de frequência (TLF), cumulada com a meta de diminuição das desigualdades sociais e regionais. Neste artigo, explorando os conceitos de “espaço físico apropriado” e de “espaço social reificado” abordados por Pierre Bourdieu (2003) em *A Miséria do Mundo*, em especial no texto “Efeitos de lugar”, objetiva-se verificar se a expansão de vagas ocorrida no Estado do Rio de Janeiro alcançou uma expressão de democratização, considerando não somente a distribuição das oportunidades de acesso nas diferentes regiões geográficas imediatas do Estado, mas, também, o perfil de renda domiciliar *per capita* dos estudantes. Na análise, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2000 e de 2010, e os achados apontam para a manutenção de desigualdades, suscitando a presença do Estado como agente essencial no projeto de democratização da educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Efeitos de Lugar; *A miséria do Mundo*; Pierre Bourdieu; Educação Superior; Desigualdades.

INTRODUÇÃO

Em maio de 1991, Pierre Bourdieu apresentou uma comunicação no Colóquio “*Poverty, Immigration and Urban Marginality in Advanced Societies*”, realizado na *Maison Suger*, da *Maison des Sciences de l’Homme*, sendo publicada pela primeira vez em alemão (BOURDIEU, 2013). Intitulado “*Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado*”, este trabalho embasou o capítulo “Efeitos de lugar”, inscrito na *Miséria do Mundo*. A ideia principal esboçada e finalizada nessas obras é a explicitação dos vínculos entre espaço social e espaço físico, culminando com os conceitos de “espaço físico apropriado” e “espaço social reificado”. Uma expressão sintética dessa ideia é a de que “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (BOURDIEU, 2008, p. 161).

O raciocínio topológico do autor, em que conceitos como posições e disposições sociais, bem como a própria perspectiva relacional de sua sociologia, prenunciam uma sensibilidade apurada ao fenômeno físico como fenômeno social e vice-versa. Vale dizer: os lugares ocupados expressam posições sociais e não apenas

pontos cardeais ou latitudes e longitudes. E, a partir desses lugares-posições, as relações se estabelecem, transmutando “acima”, “abaixo” e “paralelo” em superior, inferior e par.

Tal sensibilidade é empiricamente operada em obras como a etnografia da sociedade argelina, com a priorização da investigação sobre a casa cabila e seus ambientes simbólicos, ou os estudos sobre as consequências da urbanização em sua região natal nos anos 1960 e 1970, e suas relações com padrões de conjugalidade e, por fim, “suas reflexões tardias sobre o espaço geográfico e a realidade sociológica da cidade, reflexões cujo foco sobre as inter-relações entre estruturas sociais, simbólicas e físicas tenciona escapar a formas materialistas e idealistas de reducionismo” (PETERS, 2022, p. 1006).

Em outras palavras,

assim como na relação entre estruturas sociais (espaços e campos de posições) e estruturas simbólicas (esquemas de percepção e classificação), as conexões entre espaço social e espaço físico envolvem a manifestação do primeiro no segundo, mas também as contribuições causais que o segundo dá, por seu turno, à reprodução do primeiro (PETERS, 2022, p. 1006).

O texto “*Efeitos de lugar*” merece destaque, ao elaborar teoricamente as relações entre espaço social e espaço físico. A desnaturalização do espaço territorial como espaço físico inerte e deslocado de uma economia social aparece com clareza e vigor em passagens como:

Não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. [...] Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa) (BOURDIEU, 2008, p. 159-160).

Assim é que, na celebrada obra *A Miséria do Mundo*, publicada em 1993, pode-se perceber uma ênfase no território como protagonista dos dramas sociais analisados. Subúrbios, bairros bem caracterizados, cidades do interior, vilas e capitais enquanto espaços de (dis)posições sociais, aparecem nos textos do livro com elevada capacidade explicativa, e não como mero cenário inerte do que se desenrola.

Destacamos, nesse aspecto, uma das “grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico” (BOURDIEU, 2008, p. 162): a da *capital* em relação à *província*, que, no

AZEVEDO, A. R. de, VARGAS, H. M.

Brasil, geralmente, se traduz como oposição entre *capital* e *interior*. Não obstante, as diferenças entre o Brasil do tempo presente ou recente e a França das últimas décadas do século XX, período em que Bourdieu desenvolveu suas pesquisas, é possível considerar que:

(...) a capital é, sem jogo de palavras, ao menos no caso da França, o lugar do capital, isto é, o lugar do espaço físico onde se encontram concentrados os pólos positivos de todos os campos e a maior parte dos agentes que ocupam essas posições dominantes: ela não pode, portanto, ser adequadamente pensada senão em relação à província (e ao "provincial") que nada mais é que a privação (totalmente relativa) da capital e do capital (BOURDIEU, 2008, p. 162).

Para além dessa polarização entre *capital* e *província* – ou *interior* –, no texto "*Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado*", Bourdieu oferece outra contribuição para a compreensão de que a permanência de certas diferenças ou desigualdades ao longo do tempo poderia ser resultante de um "efeito de reforço circular":

(...) o essencial das diferenças regionais que se imputam frequentemente ao efeito de determinismos geográficos (na lógica, por exemplo, da oposição entre "o Norte e o Sul" da França), deve a sua permanência na história ao efeito de reforço circular exercido continuamente ao longo da mesma história: pelo fato de as aspirações, notadamente em termos de *habitat* e, mais geralmente, de cultura, serem em grande parte o produto da estrutura da distribuição de bens e serviços no espaço físico apropriado, elas tendem a variar, assim como a capacidade de satisfazê-las, de modo que o efeito da distribuição desigual das aspirações acaba por redobrar, a cada momento, o efeito da distribuição desigual dos meios e das oportunidades de satisfazê-las (BOURDIEU, 2013, p. 141).

Por outro lado, o texto "Efeitos de lugar" possibilita uma reflexão sobre as desigualdades territoriais de acesso a bens e serviços e sobre a contribuição do Estado para superá-las ou, ao contrário, reforçá-las. Para Bourdieu:

(...) o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos (BOURDIEU, 2008, p. 160).

"A demissão do Estado", terceiro capítulo de *A Miséria do Mundo* – em sequência a "Efeitos de lugar" – é incisivo na denúncia de que cabe ao Estado um papel

importante na transformação da realidade e na superação de rumos indesejados, inclusive interpelando uma certa visão da teoria bourdieusiana como determinista:

Estamos vendo como a demissão ou a retirada do Estado determinou efeitos inesperados – em todo caso, nunca desejados verdadeiramente; ora, tais efeitos são de natureza a ameaçar, com o passar do tempo, o bom funcionamento das instituições democráticas, se uma política bem firme de um Estado decidido a encontrar realmente os meios para colocar em prática as intenções proclamadas não vier, com toda a urgência, a superá-los (BOURDIEU, 2008, p. 223).

Coerentemente, no *Vocabulário Bourdieu*, Patrick Champagne (2017), identifica *A Miséria do mundo* como “uma obra destinada a introduzir a sociologia no debate político, trazendo a perspectiva e as análises da ciência social sobre um mundo que os políticos contribuem – de forma mais inconsciente que inconscientemente – para produzir” (CHAMPAGNE, 2017, p. 271).

Dadas essas premissas, propomos uma análise sobre a distribuição espacial de oportunidades educacionais, enquadrando-a em suportes bourdieusianos retomados especialmente do texto “Efeitos de lugar”, para examinar desigualdades ou diferenças de oportunidades de acesso à educação superior entre regiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro, priorizando a oposição entre *capital* e *interior* e discutindo *o papel do Estado* na mitigação ou reforço delas.

A fim de investigar tais desigualdades ou diferenças de oportunidades de acesso à educação superior entre regiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro, priorizando a oposição entre *capital* e *interior*, serão utilizados os dados dos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010).

Importante destacar que, nas duas primeiras décadas do século XXI, dois grandes movimentos se estabeleceram em paralelo: o aumento de vagas na educação superior e a sua descentralização geográfica, com o processo de interiorização das vagas públicas. Nesse sentido, o MEC expressou seu ideário sobre interiorização das instituições federais de ensino superior (IFES), chamando-as:

(...) a interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade, no Programa de Expansão, iniciado em 2003, a interiorização passa a ser uma das principais diretrizes norteadoras da configuração das universidades brasileiras (BRASIL, 2006, p. 11).

A intenção de aumento dos matriculados tinha sido sinalizada no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, que previa no item 4.3 – Objetivos e Metas para a Educação Superior: “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” e “estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País” (n.p.).

Em paralelo, o acesso a vagas públicas e, crescentemente, também a instituições privadas, passou a ocorrer por meio do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, num processo que facilitava ao candidato realizar o exame em sua própria cidade ou arredores. O resultado foi uma expansão de vagas oferecidas na educação superior de 1.222.717 vagas em 2000 para 4.754.310 vagas em 2010 (INEP, 2000; 2010), e um efetivo aumento do número de matrículas de 2.695.927 em 2000 para 6.379.299 em 2010¹.

Para além do aumento de vagas e de matrículas, tal expansão teria representado uma real democratização na educação superior do Estado do Rio de Janeiro, considerando-se a distribuição das oportunidades de acesso em regiões geográficas imediatas do Rio de Janeiro, segundo o perfil de renda domiciliar *per capita* dos estudantes? Essa pergunta, que norteará as análises estatísticas que serão apresentadas a seguir, observa o alerta registrado por Bourdieu e Passeron (2018) no livro *A Reprodução* – e que deve ser relembrado por pesquisadores interessados na temática da democratização da educação superior:

Para aqueles que concluem do crescimento do volume global da população escolarizada no ensino superior a “democratização” do público das faculdades, é preciso lembrar que esse fenômeno morfológico pode encobrir uma perpetuação do *status quo* ou mesmo, em certos casos, uma regressão da representação das classes desfavorecidas tanto quanto uma ampliação da base social do recrutamento (BOURDIEU; PASSERON, 2018, p. 256).

Constitui o objetivo deste trabalho, portanto, a verificação da expansão de vagas da educação superior ocorrida no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, do ponto de vista de sua democratização, considerando não somente a distribuição das oportunidades de acesso nas diferentes regiões geográficas imediatas do Estado, mas, também, o perfil de renda domiciliar *per capita* dos estudantes.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O acesso aos cursos de graduação de instituições públicas e privadas no Estado do Rio de Janeiro será estudado em suas diferentes Regiões Geográficas Imediatas²:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, p. 20).

Sob esse recorte, o Estado do Rio de Janeiro (RJ) apresenta-se subdividido de acordo com o Quadro 1 e a Imagem 1:

Quadro 1 – Nomes das regiões geográficas imediatas do RJ e dos municípios que as compõem

Região geográfica imediata (RJ)	Municípios componentes
Angra dos Reis	Angra dos Reis e Paraty
Cabo Frio	Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Italva, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, São José de Ubá e Varre-Sai
Macaé-Rio das Ostras	Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã e Rio das Ostras
Nova Friburgo	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes
Petrópolis	Areal, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Resende	Itatiaia, Porto Real, Quatis e Resende
Rio Bonito	Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Silva Jardim
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Saquarema, Seropédica e Tanguá
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema e Santo Antônio de Pádua
Três Rios-Paraíba do Sul	Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Valença	Miguel Pereira, Paty do Alferes, Rio das Flores, Valença e Vassouras
Volta Redonda-Barra Mansa	Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Pinheiral, Piraí, Rio Claro e Volta Redonda

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Imagem 1 – Mapa da Divisão Regional do RJ em Regiões Geográficas Imediatas



Fonte: Mapa elaborado pelos autores.

As oportunidades de acesso à educação superior, nas análises que seguem, serão medidas pela Taxa Líquida de Frequência na Educação Superior das pessoas de 18 a 24 anos (TLF). O foco nesta faixa etária tem por base o PNE 2014-2024 em vigor, que faz menção explícita a este grupo³, estabelecendo-o como prioritário para as políticas de acesso a este nível de ensino. O indicador adotado nas análises pode ser definido como o percentual dos jovens de 18 a 24 anos que estavam frequentando cursos superiores de graduação no momento da coleta do Censo Demográfico (2000 e 2010)⁴. Na Tabela 1 são apresentados os resultados da TLF para: (a) o Estado do Rio de Janeiro; (b) o Interior do Estado em seu conjunto⁵; e (c) cada uma das 14 regiões geográficas imediatas do Estado (inclusive a da capital Rio de Janeiro).

Tabela 1 – Taxa Líquida de Frequência na Educação Superior das pessoas de 18 a 24 anos por unidades geográficas de análise – 2000/2010

Regiões Geográficas Imediatas do RJ, RJ e Interior do RJ	TLF		
	2000	2010	Varição
Angra dos Reis	3,7%	6,3%	71,9%
Cabo Frio	3,7%	9,7%	160,1%

Continua...

Campos dos Goytacazes	6,7%	11,8%	75,6%
Itaperuna	7,8%	14,3%	82,6%
Macaé - Rio das Ostras	4,9%	11,0%	124,1%
Nova Friburgo	7,9%	11,6%	46,8%
Petrópolis	8,5%	14,9%	74,1%
Resende	8,6%	13,3%	55,1%
Rio Bonito	4,5%	8,3%	82,1%
Rio de Janeiro	10,9%	15,4%	41,0%
Santo Antônio de Pádua	4,7%	13,2%	182,8%
Três Rios - Paraíba do Sul	6,3%	15,6%	146,3%
Valença	7,7%	14,8%	93,3%
Volta Redonda - Barra Mansa	8,8%	15,7%	79,6%
RJ	9,9%	14,6%	47,4%
INTERIOR DO RJ	6,9%	12,5%	81,8%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) - 2000 e 2010.

A análise da TLF, considerando a faixa etária de 18 a 24 anos (Tabela 1), aponta para o crescimento das oportunidades de acesso aos cursos de graduação através de instituições privadas ou públicas em todas as unidades geográficas referenciadas, sendo que, em 2000, o melhor resultado (10,9%) foi o da região imediata do Rio de Janeiro, que inclui a cidade de mesmo nome, e é a capital do Estado. Entretanto, foi nessa região imediata que a TLF cresceu menos entre 2000 e 2010 (41,0%). Com o crescimento mais elevado no conjunto das regiões imediatas do interior do RJ (81,8%), a vantagem da capital em relação ao interior RJ caiu de 4,0 pontos percentuais (p.p) para 2,9 p.p. Considerando as *razões de chances*, as chances de um jovem de 18 a 24 anos da região imediata do Rio de Janeiro cursar a graduação em uma instituição pública ou privada, que era 1,6 vezes maior do que as de um jovem do interior do RJ em 2000, passou a ser apenas 1,2 vezes maior em 2010. Pode-se dizer, portanto, que houve uma redução, naquela década, da desigualdade de acesso à educação superior no RJ, considerando a oposição entre capital e interior.

Por outro lado, apesar ter havido crescimento das oportunidades de acesso em todas as unidades geográficas de análise, este crescimento variou bastante de uma para outra região geográfica imediata. Os maiores crescimentos da TLF ocorreram nas regiões imediatas de Santo Antônio de Pádua (182,8%), Cabo Frio (160,1%) e Três Rios – Paraíba do Sul (146,3%); e os menores nas regiões do Rio de Janeiro (41,0%), Nova Friburgo (46,8%) e Resende (55,1%).

Inicialmente, observa-se o quão distantes os resultados obtidos se mantiveram, no período analisado, do que havia sido proposto como meta no PNE 2001-2011. Sobre a estrutura da desigualdade observada, observou-se tanto permanências quanto mudanças. Um exemplo de que pode ser difícil mudar uma realidade é o de que três

piores resultados no indicador de oportunidades de acesso ocorreram nas mesmas regiões tanto em 2000 quanto em 2010: Angra dos Reis, Rio Bonito e Cabo Frio (mesmo sendo a segunda região de maior crescimento da TLF).

Entretanto, também foi possível verificar modificações substanciais na estrutura da desigualdade, principalmente considerando os melhores resultados nesse indicador em 2000 e 2010. As maiores chances de acesso dos jovens de 18 a 24 anos em 2000 foram encontradas nas regiões do Rio de Janeiro (10,9%), Volta Redonda – Barra Mansa (8,8%) e Resende (8,6%). Em 2010, as regiões de Volta Redonda – Barra Mansa (15,7%) e de Três Rios – Paraíba do Sul (15,6%) superaram a região geográfica imediata do Rio de Janeiro (15,4%) no indicador de oportunidade de acesso. Três Rios – Paraíba do Sul passou a ocupar um lugar entre as três regiões que se destacaram nos resultados de TLF, enquanto o movimento de Resende foi o oposto.

Por último, em relação à análise da Tabela 1, a amplitude da desigualdade entre o maior e o menor resultado da TLF em cada ano subiu de 7,2 p.p. em 2000 para 9,1 p.p. em 2010. Contudo, particularizando a análise, as chances de um jovem cursar a educação superior na região imediata do Rio de Janeiro foram 2,9 vezes maiores do que as de um jovem da região de Angra dos Reis em 2000. Em 2010, a comparação das oportunidades de acesso entre os extremos contabilizou que as chances dos jovens da região de Volta Redonda – Barra Mansa foram 2,5 vezes maiores que os da região de Angra dos Reis. Ou seja, não se pode dizer que houve, neste aspecto, aumento da desigualdade de oportunidades de acesso, mas, uma leve diminuição.

Tabela 2 – Taxa Líquida de Frequência na Educação Superior das pessoas de 18 a 24 anos para o 1º e 5º quintis de renda domiciliar *per capita* e variação percentual da desigualdade de acesso⁶ de tipo 1 entre estes quintis (Desig. 1), por unidades geográficas de análise - 2000/2010

Regiões Geográficas Imediatas do RJ, RJ e Interior do RJ	2000			2010			Variação (desig.)
	1º qui	5º qui	Desig. 1	1º qui	5º qui	Desig. 1	
Angra dos Reis	0,2%	18,1%	79,6	0,8%	23,6%	28,6	-64,0%
Cabo Frio	0,3%	17,3%	60,3	1,2%	37,3%	30,9	-48,8%
Campos dos Goytacazes	0,5%	40,6%	89,4	3,0%	41,4%	13,7	-84,6%
Itaperuna	0,3%	44,9%	159,2	3,1%	39,6%	12,9	-91,9%
Macaé - Rio das Ostras	0,2%	19,3%	91,8	4,1%	28,0%	6,8	-92,6%
Nova Friburgo	0,8%	34,9%	44,3	2,8%	29,9%	10,6	-76,1%
Petrópolis	0,2%	34,5%	146,7	2,6%	47,3%	17,9	-87,8%
Resende	0,8%	37,1%	45,4	2,7%	35,5%	13,3	-70,6%
Rio Bonito	0,2%	27,6%	118,4	0,6%	28,4%	49,5	-58,2%
Rio de Janeiro	0,7%	38,3%	51,2	2,7%	43,3%	16,2	-68,5%
Santo Antônio de Pádua	0,4%	30,6%	80,6	3,0%	49,2%	16,2	-79,9%

Continua...

Três Rios - Paraíba do Sul	0,4%	30,8%	87,5	4,6%	46,5%	10,2	-88,4%
Valença	0,3%	43,0%	147,4	2,7%	48,8%	18,0	-87,8%
Volta Redonda - Barra Mansa	0,4%	38,2%	89,7	3,1%	43,8%	14,4	-84,0%
RJ	0,6%	37,4%	58,4	2,7%	42,3%	15,8	-73,0%
INTERIOR DO RJ	0,4%	32,8%	82,3	2,7%	37,9%	14,2	-82,8%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) – 2000 e 2010.

Com base na Tabela 2, pode-se verificar a distribuição das oportunidades de acesso à educação superior dos jovens de 18 a 24 anos pelo território do RJ, passando a considerar também a desigualdade de acesso entre os quintis⁷ da população de maior e menor renda domiciliar *per capita*⁸ para cada unidade geográfica utilizada na análise. Todas as comparações entre os resultados da TLF demonstram que a desigualdade – de tipo 1 (Desig. 1) – entre as chances de acesso para os jovens do quintil de renda mais alta (5º) em relação aos do quintil de renda mais baixa (1º) permaneceram em níveis bastante elevados, apesar de terem diminuído em média 73,0% no Estado do RJ entre 2000 e 2010. Por exemplo, as chances das pessoas de 18 a 24 anos do 5º quintil, em relação aos do 1º quintil foram 51,2 vezes maiores em 2000 na região da capital Rio de Janeiro e passaram a ser 16,2 vezes maiores em 2010 (-68,5%); 82,3 vezes maiores no interior do RJ, em 2000, chegando a 14,2 vezes em 2010 (-82,8%).

A região geográfica imediata que observou a maior queda na desigualdade de acesso entre o 5º e o 1º quintil de renda domiciliar *per capita*, com diminuição de 92,6%, foi a de Macaé – Rio das Ostras, o que a colocou como a região de menor desigualdade em 2010: de 91,8 vezes em 2000 diminuiu para 6,8 vezes a vantagem de acesso entre os mais ricos e os mais pobres. De maneira inversa, Cabo Frio (-48,8%) e Rio Bonito (-58,2%), com as menores taxas de redução da desigualdade, se tornaram as regiões de maiores desigualdades em 2010: respectivamente, 30,9 e 49,5 vezes é a vantagem nessas regiões imediatas entre as chances de acesso à educação superior dos mais ricos em relação às chances dos mais pobres.

Entretanto, é necessário ressaltar que continuou existindo um abismo muito grande que praticamente excluiu do acesso aos cursos de graduação de IES públicas e privadas os jovens do 1º quintil de renda. Inclusive, quando se considera a variação em pontos percentuais (p.p.) das chances em 100 (chances percentuais) de acesso de cada quintil de renda domiciliar *per capita* (Tabela 3), verifica-se que a expansão do acesso à educação superior incluiu mais jovens do 5º quintil, a cada grupo de 100, do que jovens do 1º quintil.

Desse ponto de vista, a desigualdade de tipo 2 (Desig. 2)⁹ aumentou na maior parte das unidades geográficas de análise. Aumentou no Estado do RJ em 2,8 p.p., sendo que esse aumento foi maior na região imediata da capital (3,2 p.p.) do que nas regiões do interior como um todo (2,8 p.p.). A desigualdade diminuiu apenas nas regiões imediatas de Campos dos Goytacazes (-1,7 p.p.), Itaperuna (-8,1 p.p.), Nova Friburgo (-7,0 p.p.) e Resende (-3,4 p.p.). Nas demais regiões geográficas imediatas houve aumento da

desigualdade medida em pontos percentuais, sendo que as maiores elevações na desigualdade ocorreram em Cabo Frio (19,1 p.p.), Petrópolis (10,4 p.p.), Santo Antônio de Pádua (16,0 p.p.) e Três Rios – Paraíba do Sul (11,4 p.p.).

Tabela 3 – Taxa Líquida de Frequência na Educação Superior das pessoas de 18 a 24 anos para o 1º e 5º quintis de renda domiciliar *per capita* e variação em “pontos percentuais” (p.p.) da desigualdade de acesso (em p.p.) entre estes quintis, por unidades geográficas de análise - 2000/2010

Regiões Geográficas Imediatas do RJ, RJ e Interior do RJ	2000			2010			Variação Desig. 2 (p.p.)
	1º qui	5º qui	Desig. 2 (p.p.)	1º qui	5º qui	Desig. 2 (p.p.)	
Angra dos Reis	0,2%	18,1%	17,9	0,8%	23,6%	22,8	4,9
Cabo Frio	0,3%	17,3%	17,0	1,2%	37,3%	36,1	19,1
Campos dos Goytacazes	0,5%	40,6%	40,1	3,0%	41,4%	38,4	-1,7
Itaperuna	0,3%	44,9%	44,6	3,1%	39,6%	36,6	-8,1
Macaé - Rio das Ostras	0,2%	19,3%	19,1	4,1%	28,0%	23,9	4,7
Nova Friburgo	0,8%	34,9%	34,1	2,8%	29,9%	27,1	-7,0
Petrópolis	0,2%	34,5%	34,2	2,6%	47,3%	44,6	10,4
Resende	0,8%	37,1%	36,3	2,7%	35,5%	32,9	-3,4
Rio Bonito	0,2%	27,6%	27,3	0,6%	28,4%	27,9	0,5
Rio de Janeiro	0,7%	38,3%	37,5	2,7%	43,3%	40,6	3,1
Santo Antônio de Pádua	0,4%	30,6%	30,2	3,0%	49,2%	46,2	16,0
Três Rios - Paraíba do Sul	0,4%	30,8%	30,5	4,6%	46,5%	41,9	11,4
Valença	0,3%	43,0%	42,7	2,7%	48,8%	46,1	3,4
Volta Redonda - Barra Mansa	0,4%	38,2%	37,7	3,1%	43,8%	40,8	3,1
RJ	0,6%	37,4%	36,8	2,7%	42,3%	39,6	2,8
INTERIOR DO RJ	0,4%	32,8%	32,4	2,7%	37,9%	35,3	2,8

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) – 2000 e 2010.

Através da Tabela 4, pode ser observado que cresceu a participação das Instituições de Educação Superior (IES) públicas no atendimento dos jovens de 18 a 24 anos que estavam cursando a graduação em todas as unidades geográficas de análise, exceto para a região imediata de Cabo Frio (-30,3%). As oportunidades de acesso à educação superior, via segmento público, cresceram mais no interior do RJ (41,0%) do que na região imediata da capital Rio de Janeiro (3,4%). Excluindo a região da cidade do Rio de Janeiro da análise, Três Rios – Paraíba do Sul, Santo Antônio de Pádua e Macaé foram as regiões imediatas com mais alta participação pública no atendimento de

juvens que cursavam a graduação tanto em 2000 como em 2010. Enquanto isso, apenas a região de Valença se manteve entre os quatro mais baixos resultados de participação pública na oferta de educação superior nos dois pontos da série histórica. Cabo Frio, única região onde a participação pública reduziu, ficou, em 2010, com o segundo pior resultado.

Tabela 4 – Percentual dos estudantes da educação superior de 18 a 24 anos que frequentavam IES pública, por unidades geográficas de análise – 2000/2010

Regiões Geográficas Imediatas do RJ, RJ e Interior do RJ	Frequentavam IES pública		Variação
	2000	2010	
Angra dos Reis	24,0%	32,4%	35,2%
Cabo Frio	25,4%	17,7%	-30,3%
Campos dos Goytacazes	21,6%	33,9%	57,0%
Itaperuna	18,9%	29,5%	56,6%
Macaé - Rio das Ostras	26,5%	40,6%	53,1%
Nova Friburgo	19,5%	34,8%	78,4%
Petrópolis	19,5%	21,0%	7,7%
Resende	19,0%	30,3%	60,1%
Rio Bonito	17,8%	34,7%	94,7%
Rio de Janeiro	33,3%	34,5%	3,4%
Santo Antônio de Pádua	27,2%	42,8%	57,7%
Três Rios - Paraíba do Sul	36,8%	46,1%	25,4%
Valença	13,8%	15,9%	15,4%
Volta Redonda - Barra Mansa	18,1%	25,0%	37,8%
RJ	31,2%	33,3%	6,7%
Interior do RJ	20,7%	29,2%	41,0%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) – 2000 e 2010.

O aumento da presença estatal, principalmente no interior do RJ, pode ter contribuído bastante, como foi relatado na análise da Tabela 1, para o aumento das oportunidades de acesso à educação superior dos jovens de 18 a 24 anos e para a redução das desigualdades de acesso entre as diferentes unidades geográficas da análise (entre capital e interior e entre regiões geográficas imediatas). Quando se considera as chances de acesso dos jovens agrupados em quintis de renda (Tabela 2), pode-se dizer que houve redução, também, das vantagens dos jovens mais ricos em relação aos mais pobres em termos de “chances a mais”, apesar das vantagens do 5º quintil em relação ao 1º quintil de renda domiciliar *per capita* terem se mantido ainda muito elevadas em 2010, confirmando a continuidade de um abismo entre estudantes

pobres e ricos, com a exclusão dos mais pobres no acesso a cursos de graduação públicos ou privados.

Esse crescimento do atendimento em IES públicas parece ter gerado, entretanto, maiores oportunidades de acesso entre estudantes de maior renda domiciliar *per capita* do que para os de menor renda (Tabela 3). Com isso, a interiorização da oferta pública de ensino de graduação foi acompanhada pelo aumento da desigualdade no acesso, pelo menos quando esta foi medida em diferenças de “pontos percentuais (p.p.)”, quando se considera não apenas a distribuição geográfica das oportunidades, mas, também, as características de renda de quem está sendo realmente beneficiado pela expansão do acesso ao ensino público no interior do RJ.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os citados objetivos e metas do PNE 2001-2011 apontavam, quanto ao aumento da taxa líquida, a exigência de colaboração da União. Também, quanto à diminuição da desigualdade da oferta, a iniciativa do cumprimento do Objetivo/Meta formulado dependeria da iniciativa da União (BRASIL, 2001).

Em 2000, foram ofertadas 183.046 vagas na educação superior no Rio de Janeiro. Em 2010, 339.572 vagas (INEP, 2000; 2020). Com as políticas que viriam a ser implantadas na ocasião, a princípio, o espaço de oportunidades de acesso à educação superior passaria por uma movimentação inédita, tendente ao esmaecimento e à transposição de fronteiras socioespaciais. Todavia, os dados aqui tratados não apontaram nessa direção.

Sucedem que a Sociologia, e, no caso em estudo, a Sociologia de Pierre Bourdieu, nos projeta para além dos ideários quando o que está em questão são disputas por espaços sociais balizados pelo acesso ao capital. Com sua acuidade de costume, Bourdieu desenha o óbvio: a falta de capital intensifica a experiência da finitude: “ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 2008, p. 164). A transposição desses lugares não decorre apenas de deslocamento físico:

Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Esse traço de desigualdade se intensifica no Brasil, podendo ser bem expresso pela tese da Desigualdade Maximamente Mantida (SILVA, 2003, p. 131), que assinala a persistência da desigualdade educacional quando o sistema educacional se expande. As desigualdades entre grupos sociais tendem a permanecer estáveis, e mesmo a se ampliarem, porque os grupos em vantagem estão em melhores condições de aproveitarem as novas posições abertas por esta expansão. Somente quando esses grupos em vantagem atingem seus níveis de saturação nas chances de completar uma dada transição educacional é que as desigualdades começam a declinar. Em outras palavras,

(...) o grupo em vantagem está em melhores condições de aproveitar as oportunidades que surgem derivadas muitas vezes de políticas com caráter igualitário. Isso levaria à persistência de desigualdade em contextos de não saturação das melhores oportunidades (TAVARES JÚNIOR, 2004, p. 7).

Dessa forma, o mais simples – mesmo tendo em vista toda a complexidade envolvida –, parece ser a concepção e implantação da política de expansão, posto que:

Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderia ser modificada senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportariam transformações sociais extremamente difíceis e custosas (BOURDIEU, 2008, p. 161).

Nesse sentido, parece claro que um processo de democratização da educação superior não se completará efetivamente sem a diminuição de desigualdades regionais de oferta e sem a ocupação de vagas pelos mais pobres. Vale notar que o PNE que esteve vigente no decênio aqui estudado ignorava a condição de renda nas metas para a educação superior.

Um fato ocorrido com uma estudante amazonense da região metropolitana de Manaus¹⁰ – que se preparou para o ENEM em casa, sem internet, e obteve uma das raríssimas notas 1000 em redação na edição de 2022 do Exame –, ilustra bem a condição de ter obtido média para ingressar numa universidade gratuita e pertencer ao último quintil de renda: ela não teria condições de se deslocar a Manaus sequer para se inscrever como ingressante na Universidade, não fora uma ação comunitária de apoio. Essa limitação extrema interpela a política pública em seu âmago. Afinal,

é a combinação das propriedades sociais dos grupos e das estruturas de oportunidades que estes grupos encontram – nas quais influi o papel decisivo do Estado – que explica as trajetórias desiguais e, enfim, as possibilidades desiguais que cada grupo social tem de apropriar material e/ou simbolicamente de um dado território (QUEIRÓS, 2022, p. 34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirados pelas possibilidades analíticas presentes na obra *A Miséria do Mundo*, especialmente no texto “Efeitos de lugar”, empreendemos nesse trabalho uma exploração sobre desigualdades no acesso à educação superior no Estado do Rio de Janeiro. Indagamos: para além do aumento de vagas observado, tal expansão teria representado uma real democratização na educação superior do Estado do Rio de Janeiro?

Os resultados evidenciaram a indigência das taxas líquidas de frequência perante as metas do PNE e, mais especificamente, a permanência de desigualdades,

AZEVEDO, A. R. de, VARGAS, H. M.

bem explicadas pelas categorias heurísticas apresentadas por Bourdieu nas obras em questão. Dessa forma, acreditamos que nosso trabalho contribui para alargar e complexificar as compreensões sobre o fenômeno das desigualdades educacionais no país, com a apropriação das categorias “espaço físico apropriado” e “espaço social reificado”.

Com efeito, não é possível pensar em diminuição de desigualdades regionais da oferta da educação superior, nem em sua expansão e, menos ainda, em sua democratização, sem a consideração desses aspectos, e de uma responsabilização do Estado sobre a diminuição das desigualdades, conforme preconiza nossa Constituição em seu Art. 3º, inciso III, como um dos objetivos fundamentais da República: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1998).

A esse respeito, é ainda Bourdieu, no “Efeitos de lugar”, quem vaticina:

As lutas pelo espaço podem também assumir formas mais coletivas, como é o caso daquelas que se desenrolam a nível nacional em tomo das políticas de habitação, ou daquelas que ocorrem a nível local, a propósito da construção e da distribuição de moradias sociais ou das escolhas em matéria de equipamentos públicos. Os mais decisivos têm como aposta última **a política do Estado que detém um imenso poder sobre o espaço através da capacidade que ele tem de fazer o mercado do solo, da moradia e também, para uma grande parte, do trabalho e da escola** (BOURDIEU, 2008, p. 166, grifo nosso).

O PNE de 2014-2024 expande os parâmetros e a responsabilidade do Estado na democratização da educação superior. A meta 12 preconiza:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, **no segmento público** (BRASIL, 2014, p. 5, grifo nosso).

Em outra meta do Plano, a meta 8, temos:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2014, p. 5).

A combinação do conteúdo das duas metas do atual PNE reflete uma nova formulação sobre desigualdades educacionais. Entretanto, estão distantes de serem alcançadas: enquanto a porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na educação superior no Brasil em 2020 era de 23,8%, a dos 25% mais pobres era de 13,2% (OPNE, 2023).

As dificuldades de atingimento das metas depõem sobre a distância entre projetos de política pública e a capacidade real da população em delas se apropriar. É preciso conhecer e reconhecer estes entraves. Com este trabalho, apresentamos novas leituras sobre as divisões e desigualdades do mundo social pelo "efeito de reforço circular" entre espaço físico e espaço social, que evidencia, por sua vez, a responsabilidade fundamental do Estado na politização e aprofundamento sistemático de políticas públicas que se pretendem democratizantes.

Artigo recebido em: 02/03/2023

Aprovado para publicação em: 29/06/2023

EFFECTS OF PLACE ON INEQUALITIES IN ACCESS TO HIGHER EDUCATION: THE CASE OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: The expansion of admissions to higher education in Brazil in the 2000s and 2010s was the result of public policies to increase the net attendance rate (NAR), combined to reduce social and regional inequalities. This article explores the concepts of "appropriated physical space" and "reified social space" addressed by Pierre Bourdieu (2003) in *The Misery of the World*, specifically in the text "Effects of Place", in order to verify whether the expansion of places in the State of Rio de Janeiro has achieved an expression of democratization, considering not only the distribution of access opportunities in the different immediate geographical regions of the State but also the per capita household income profile of students. We used data from the 2000 and 2010 censuses in the analysis, and the results point to the maintenance of inequalities, highlighting the presence of the state as an essential actor in the project of democratizing higher education.

KEYWORDS: Effects of Place; *The Misery of the World*; Pierre Bourdieu; Higher Education; Inequalities.

EFFECTOS DEL LUGAR EN LAS DESIGUALDADES DE ACCESO A LA ENSEÑANZA SUPERIOR: EL CASO DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

RESUMEN: La expansión de ofertas en la educación superior en las décadas de 2000 y 2010 en Brasil es el resultado de políticas públicas para aumentar la tasa neta de asistencia (TNA), combinada con el objetivo de reducir las desigualdades sociales y regionales. En este artículo, explorando los conceptos de "espacio físico apropiado" y "espacio social reificado" abordados por Pierre Bourdieu (2003) en *La Miseria del Mundo*, especialmente en el texto "Efectos de lugar", se

AZEVEDO, A. R. de; VARGAS, H. M.

pretende verificar si la expansión de las plazas en el estado de Río de Janeiro ha alcanzado una expresión de democratización, considerando no sólo la distribución de las oportunidades de acceso en las diferentes regiones geográficas inmediatas del estado, sino también el perfil de renta familiar per cápita de los estudiantes. En el análisis se utilizaron datos de los Censos Demográficos de 2000 y 2010, y los resultados apuntan al mantenimiento de las desigualdades, destacando la presencia del Estado como agente esencial en el proyecto de democratización de la enseñanza superior.

PALABRAS CLAVE: Efectos de Lugar; La Miseria del Mundo; Pierre Bourdieu; Enseñanza Superior; Desigualdades.

NOTAS

1 - Foram consideradas vagas e matrículas tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de educação a distância (EaD).

2 - Em 2017, o IBGE apresentou uma nova Divisão Regional do Brasil, que desde a década de 1980 utilizava o recorte do território em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Essa revisão, que incorporou as transformações ocorridas no Brasil ao longo de três décadas, fez surgir as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017, p. 19).

3 - Prevê elevação para 33% de matrículas na faixa de 18 a 24 anos.

4 - As análises estatísticas foram feitas com a linguagem de programação R, no aplicativo RStudio, tendo como principais ferramentas as funções disponíveis no pacote *Survey*, que permitiram trabalhar considerando os planos amostrais complexos dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (PESSOA; NASCIMENTO SILVA, 1998).

5 - No âmbito desse estudo, considerou-se o Interior do RJ como o conjunto de todas as regiões geográficas imediatas do Estado, excluindo-se a região imediata da capital, Rio de Janeiro.

6 - Medida em “chances a mais”.

7 - O 1º quintil é composto pelos jovens de 18 a 24 anos que figuram entre os 20% da população que reside em domicílios com renda *per capita* menor, enquanto o 5º quintil integram os 20% da população com renda domiciliar *per capita* mais elevada. A desigualdade que está sendo apresentada aqui é traduzida como sendo as “chances a mais” de acesso à educação superior que os jovens pertencentes do 5º quintil têm em relação aos do 1º quintil. O cálculo dessa desigualdade de tipo 1 (Desig. 1) foi obtido pela razão ou divisão entre a divisão entre a TLF do 5º quintil e a do 1º quintil.

8 - A renda domiciliar *per capita* foi calculada pela divisão entre soma das rendas – de todos os tipos de tipos – dos residentes no domicílio e o número destes, sem exclusão de ninguém. No Censo Demográfico 2000, a variável utilizada para a realização da soma dentro de cada domicílio foi a v4614 (Total de rendimentos) enquanto no Censo Demográfico 2010 foi a v6527 (Rendimento mensal total). Evitou-se o uso da variável v6531 (Rendimento domiciliar *per capita*) tanto porque não havia variável equivalente no Censo 2000, quanto porque, em sua definição, o IBGE excluía alguns membros do domicílio, tais como os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes destes últimos.

9 - A desigualdade de tipo 2, registrada em pontos percentuais (p.p.), foi calculada pela subtração da TLF do 5º quintil pela TLF do 1º quintil. Uma variação positiva da Desig. 2 representou aumento da desigualdade de tipo 2 entre 2000 e 2010.

10 - Fonte: TEMPO, Em. **Nota mil no Enem, estudante de Itapiranga pode perder vaga por falta de dinheiro**. Disponível em: <<https://emtempo.com.br/125578/educacao/nota-mil-no-enem-estudante-de-itapiranga-pode-perder-vaga-por-falta-de-dinheiro/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 23: ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade! período de 2003 a 2006**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU-MEC), 2006.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, P. (coord.). **A Miséria do Mundo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

CHAMPAGNE, P. Miséria do mundo (A) (La misère du monde). *In*: CATANI, A. M. *et al.* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior**. 2000 e 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

AZEVEDO, A. R. de, VARGAS, H. M.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

OPNE. **Observatório do PNE**. Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior?tab=indicators&accordion=%5B%7B%22idx%22%3A0%2C%22toggledList%22%3A%5B1%5D%2C%22id%22%3A%22accordion-0-1%22%7D%5D>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PESSOA, D. G. C.; NASCIMENTO SILVA, P. L. do. **Análise de Dados Amostrais Complexos**. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística (ABE), 1998.

PETERS, G. A caminho da cidade: momentos decisivos na teorização do espaço geográfico em Bourdieu. *In: Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 37, n. 3, set./dez., 2022.

QUEIRÓS, J. Efeitos de lugar, (in)ação do Estado e dissolução da vida comunitária num bairro do Porto. *In: Pierre Bourdieu: vinte anos depois, legado e usos de uma prática de investigação sociológica. Configurações Revista Ciências Sociais*, Braga, n°. 29, 2022.

SILVA, N. do V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. *In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

TAVARES JÚNIOR, F. Desigualdades, atitudes sociais e educação. *In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), setembro de 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel42/FernandoTavaresJunior.pdf. Acesso em: 2 fev. 2008.

WACQUANT, L. J. D. Da América como utopia às avessas. *In: BOURDIEU, P. (coord.). A Miséria do Mundo*. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ALEXANDRE RAMOS DE AZEVEDO: Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e doutorando em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também é membro do Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior – LAP/UFF.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5779-4679>

E-mail: alexandre.azevedo@inep.gov.br

HUSTANA MARIA VARGAS: Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde coordena o Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior – LAP/UFF.

Efeitos de lugar nas desigualdades de acesso à educação superior:...

Dossiê 377

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0477-1246>

E-mail: hustanavargas@id.uff.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution* 4.0, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).